



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: O USUÁRIO DA POLÍTICA DE COTAS PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

MEDIATION AND APPROPRIATION OF INFORMATION: THE USER OF THE QUOTA POLICY FOR ACCESS TO HIGHER EDUCATION

Marcela Arantes Ribeiro - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A sociedade brasileira, caracterizada pela diversidade, demanda ações que atendam ao anseio social de todos os grupos que a compõem, destacando-se o direito ao acesso a cursos de graduação em instituições públicas. A pesquisa tem como objetivo demonstrar a importância da mediação da informação para apropriação do direito à educação, enfatizando o ingresso discente em instituições federais de ensino pela Lei 12.711/2012, conhecida como lei de cotas. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, com aplicação do método de análise de discurso. Nas reflexões iniciais, destaca-se a importância do usuário no processo de mediação da informação para transformação social.

Palavras-Chave: informação; usuário; apropriação da informação.

Abstract: Brazilian society, characterized by diversity, demands actions that attend the social desire of all groups that comprise it, highlighting the right to access an undergraduate course in public institutions. A research aims to demonstrate the importance of mediating information for the appropriation of the right to education, emphasizing student admission to federal educational institutions by Law 12,711/ 2012, known as the quota law. It is a research with a qualitative approach, descriptive and exploratory type, and application of the discourse analysis method. In the initial reflections, it highlights the importance of the user in the information mediation process for social transformation.

Keywords: information; user; ownership of information.

1 INTRODUÇÃO

Este resumo se vincula a uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, que propõe discutir e apresentar a mediação da informação para mudanças sociais a partir do

acesso ao ensino superior no Brasil, com base na Lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012), a qual beneficia a parcela da sociedade socio-historicamente excluída das instituições federais de ensino.

A construção discursiva da pesquisa se pauta na diversidade sociocultural dos sujeitos que compõem a sociedade brasileira, bem como no direito social de acesso ao ensino superior baseado na equidade social. Nesse contexto, as discussões sobre o usuário da informação, no processo de mediação que conduz à apropriação da informação, se tornam o centro das reflexões na Ciência da Informação, no intuito de compreender as relações sociais que caracterizam as demandas da sociedade atual. Assim, especifica-se, neste trabalho, o acesso ao ensino superior, visto que este possibilita a ascensão social e a redução das desigualdades.

O estudo está respaldado na concepção de mediação da informação proposta por Almeida Júnior (2015), por apresentar, em suas discussões, o usuário e o processo de apropriação da informação, bem como a importância da ação de interferência por um terceiro elemento - podendo este ser o profissional da informação - em ambientes de equipamentos informacionais, no sentido amplo do termo, e com múltiplas linguagens que atendam, no momento, as demandas sociais.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é demonstrar a importância da mediação para a apropriação da informação sobre o direito à educação, enfatizando o ingresso discente em cursos de graduação pela Lei 12.711/2012, que determina, em todos os cursos de graduação, a reserva de, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; no preenchimento dessas vagas, a metade deverá ser reservada a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, sendo a outra metade independente de renda. Em ambos os casos, há modalidades de ingresso reservadas para autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Diante dessa complexidade e da importante conquista dos grupos sociais atendidos pela referida Lei, é possível refletir sobre o usuário no contexto sociocultural e propor ações que atendam às demandas sociais, pautadas nas atuais relações da sociedade, discutindo-se o processo de mediação da informação. Tem-se como proposição a importância de reconhecer a diversidade; então, é fundamental que as instituições conheçam seus usuários, para fins de aplicação das políticas públicas.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de tipo exploratória, descritiva e com procedimento para análise de caráter interpretativo, baseada na análise de discurso (GIL, 2002; ORLANDI, 2020). A partir das reflexões iniciais, evidencia-se a importância da apropriação da informação por parte do usuário, considerando-se o viés da constituição do sujeito a candidatar-se a uma vaga em qualquer curso de graduação em instituições federais de ensino, gerando demandas informacionais que adentram as mudanças sociais.

2 A INFORMAÇÃO PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

A informação, de modo geral, vem se tornando evidente nas ciências que discorrem sobre a sociedade e no contexto relacional dos sujeitos que a compõem, bem como nos ambientes informacionais que proporcionam o processo de disseminação da informação. Compreende-se que, na sociedade, a informação surge nas relações e se potencializa no momento em que faz sentido para o usuário; este, por sua vez, adentra o processo de ressignificação e gera outras demandas informacionais, respaldadas no momento vivido.

Mediante essa compreensão, considera-se que a Ciência da Informação se consolida na discussão interdisciplinar (ARAÚJO, 2014) e na mediação da informação, compreendida na relação de interferência, processo, múltiplas ambiências informacionais, conduzindo para a apropriação da informação e gerando novas demandas informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). A informação ultrapassa qualquer possibilidade de passividade e se torna elemento fomentador para mudanças sociais, quando impulsionada pelo processo de mediação voltado para a realidade do usuário.

De forma sucinta, a mediação da informação tem a informação como um elemento que ocorre na relação entre um terceiro¹ e o usuário, sendo os procedimentos de interferência de escolha desse terceiro baseados em um determinado período e comportamentos socioculturais de uma sociedade. Há de se destacar as constantes transformações sociais, em âmbito local ou global, que geram novas demandas informacionais. A partir da compreensão do processo de mediação da informação, outra reflexão transversaliza as questões da sociedade, culminando na complexidade das identidades socioculturais, do coletivo, da cultura e se outras que possibilitam abarcar as demandas informacionais da sociedade.

¹ O terceiro elemento no processo de mediação da informação corresponde ao profissional da informação e/ou equipamentos informacionais que potencializam a informação de interesse do usuário (ALMEIDA JÚNIOR, 2015).

Ao se considerar a complexidade social e os diferentes usuários na sociedade, tem-se o processo histórico em que “o homem realizou simultaneamente as suas variadas diferenciações internas, inventando formas sociais diferentes” (MATTA, 1987, p. 37). Nesse sentido, há uma diversidade social e cultural que molda as relações na sociedade, impulsionada pela cultura, que delinea “o que vemos no mundo e na sociedade é o que aprendemos a ver; nós o enunciamos nos termos que sabemos utilizar” (CLAVAL, 2007, p. 81).

Assim, com base nos estudos sobre os usuários, a fim de demonstrar a necessidade de potencializar a informação em uma sociedade marcada pela diversidade sociocultural, compreende-se que, no processo de mediação da informação, tem-se a discussão que ampara a apropriação da informação sobre a política de cotas para ingresso discente em qualquer curso de graduação. Ampliando a discussão sobre essa ação afirmativa, Brandão (2005, p. 3) comenta: “explicitada no âmbito educacional pela polêmica sobre a adoção do sistema de cotas para ingresso na universidade pública brasileira, está diretamente relacionada com uma questão muito mais importante: a cidadania e a luta contra todo tipo de discriminação”.

A partir da discussão de equidade social, tem-se o enfrentamento de desigualdades por parte de grupos sociais que almejam o ingresso em qualquer curso de instituições públicas federais. Diante do reconhecimento da complexidade social, bem como da informação na/para a sociedade, compreende-se que a apropriação da informação ocorre considerando-se o meio e a dinâmica social em que o usuário está inserido, sendo a individualidade e a multiplicidade elementos de influência. Daí a importância de “compreender não como a informação se desloca e/ou chega até o usuário - mas as implicações e decorrências desse processo contínuo e complexo” (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2020, p. 14).

Entende-se que tais questões se apresentam como contribuição teórica-reflexiva para consolidar estudos na Ciência da Informação, de modo a vislumbrar como ocorre o processo para o acesso e a apropriação da informação nas relações sociais na contemporaneidade, a partir da aplicação da informação no contexto social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção dos procedimentos metodológicos se estabelece a partir da relação método-metodologia, que “[...] trata do conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir um determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos” (OLIVEIRA, 1997 p. 57). Desse modo, no universo da

discussão da educação como direito de todos e o ensino superior como caminho para ascensão social, este texto discorre sobre os usuários da informação, com recorte para os possíveis candidatos às ações afirmativas nos processos seletivos discentes das universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, por meio da aplicação da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são de natureza qualitativa, uma vez que “busca uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos” (SIENA, 2007, p. 61). Tal situação se configura no momento de abordagem contextualizada da Lei 12.711/2012, envolvendo situações de um determinado contexto social, político e econômico brasileiro. A partir dessa abordagem, tem-se uma pesquisa do tipo descritiva e exploratória, haja vista que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com intenção de torná-la mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que esta pesquisa tem por objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41).

Por fim, aplica-se o método da análise de discurso (ORLANDI, 2020), por possibilitar um estudo do discurso sobre a política de cotas para ingresso no ensino superior, de forma contextualizada e considerando a discursividade histórico-social para a constituição e implantação da Lei 12.711/2012. Para a análise da discursividade na referida Lei, recorreu-se a publicações científicas já produzidas em livros, periódicos e revistas, considerando-se que uma pesquisa “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

Por ser uma pesquisa em fase inicial, destaca-se, neste texto, a fase de coleta de dados correspondente à identificação do objeto: a informação sobre a política de cotas, com recorte interpretativo histórico-social para a Lei 12.711/2012, desdobrando-se, principalmente, em reflexões sobre as condições de produção e efeitos de sentidos dessa informação no atual contexto social.

4 RESULTADOS INICIAIS

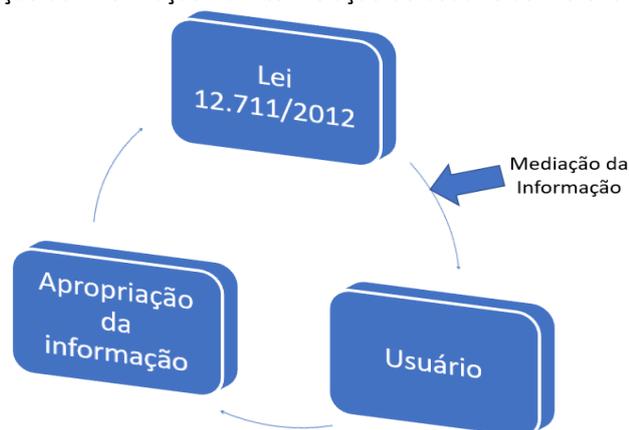
Ao compreender a educação como um direito social registrado na constituição brasileira, tem-se, atualmente, a importância da apropriação da informação sobre a Lei 12.711/2012, conhecida como a lei de cotas, que trata do ingresso no ensino superior de alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. A lei de cotas materializa, como condição de produção discursiva, a necessidade de “tratar diferentes

diferentemente e dar oportunidade a todos os brasileiros e brasileiras, respeitando suas limitações e trabalhando por um país mais justo [...]” (ZIMERMAN, 2013, p. 09).

Considerando a diversidade sociocultural na sociedade brasileira, identifica-se o efeito de sentido dessa realidade no art. 3º da Lei 12.711/2012, pois oportuniza o ingresso discente igualitário e proporcional, determinando a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências, com base no censo. A partir de uma breve reflexão teórica discursiva, há de se pontuar que essa forma de ingresso em instituições públicas possibilita o acesso diversificado a todos os cursos de graduação, situação geradora de outros efeitos de sentido social, que transversalizam as relações da sociedade, destacando-se, a princípio, a ascensão social de estudantes historicamente excluídos.

Nesse processo de abordagem da possibilidade de acesso ao ensino superior, baseado na equidade social, é enfatizada a importância de se inter-relacionar tal possibilidade com o processo de mediação da informação, a fim de propiciar aos usuários da política de cotas a apropriação da informação sobre o acesso ao ensino superior para todos e em qualquer curso de graduação de escolha do candidato que tenha estudado integralmente o ensino médio em escola pública. Para melhor visualizar essa explicação, apresenta-se a Figura 1:

Figura 1: Mediação da informação na inter-relação do usuário com o ensino superior



Fonte: Elaborada pelos autores

Com base na Figura 1, a construção e a produção contextualizada da informação sobre a política de cotas reverbera na sociedade desde 2012, sendo importante a compreensão e a luta pelos usuários dessa Lei para acessar qualquer curso do ensino superior público. Dito isso, tem-se o processo de mediação da informação entre a Lei e o usuário, para fins de alcançar a apropriação dessa informação e fazer valer esse direito. A mediação, nesse caso, baseada nos termos da lei, pode ser executada por meio da interferência de um profissional da informação,

considerando as múltiplas possibilidades de linguagens, bem como o contexto sociocultural do qual os possíveis usuários da política de cotas fazem parte e a utilização de equipamentos informacionais que estejam ao alcance desses usuários.

Assim, a mediação da informação, “direta ou indireta, consciente ou inconsciente, singular ou plural, individual ou coletiva” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25), atua no processo e nos procedimentos para constante implementação e apropriação da informação sobre o acesso ao ensino superior para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, com base no referencial teórico elencado, enfatiza-se a importância da discussão sobre o usuário da informação da política de cotas para o acesso ao ensino superior em instituições públicas e em qualquer curso de escolha do candidato que tenha cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

No processo de mediação da informação, percebe-se a importância de se compreender a informação com uma concepção social capaz de gerar ação e mudanças na sociedade, uma vez que o processo de mediação potencializa o processo de apropriação da informação contida na Lei 12.711/2012 por parte do seu usuário

Ressalta-se que o presente estudo se justifica pela abordagem teórica, pela capacidade explicativa e reflexiva construída até o presente momento. Salienta-se que a pesquisa está aberta a outras reflexões que possam contribuir para a sociedade e para as investigações no campo da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.).

Mediação oral da informação e da leitura. Londrina, PR: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Brique de Lemos, 2014.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As contas na universidade pública brasileira**: será esse o caminho? Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 ago. 2021.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATTA, Roberto da. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A contribuição de Benoit Hardy-Vallée para os conceitos de mediação da informação. *In*: SÁ, Jéssica Patrícia Silva de *et al.* (org.). **Fundamentos e práticas da mediação no contexto informacional**. Belo Horizonte: ABMG, 2020.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: [s.n.], 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/68333999-Metodologia-da-pesquisa-cientifica-elementos-para-elaboracao-e-apresentacao-de-trabalhos-academicos.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ZIMERMAN, Artur (org.). **Ações afirmativas e a educação para pessoas com deficiência**. Santo André, SP: Universidade Federal do ABC, 2013.